



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
 Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0010941-68.2018.8.26.0037  
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito  
 Autor(a)(es): Anderson dos Santos  
 Advogado/OAB: N/C  
 Ré(u)(s): Maria da Conceição Menabue - CPF 171.377.758-45  
 Advogado/OAB: N/C

Aos 10 de outubro de 2018 às 16:27, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE, comigo Escrevente Técnico Judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação nos autos da ação e entre as partes supra referidas. Verificou-se a presença das partes. Pela parte ré foi requerido a retificação do seu nome para **Maria da Conceição Menabue Ferreira**, sendo retificado no sistema neste ato. Proposta a conciliação, restou frutífera nos seguintes termos: **OBJETO PRINCIPAL**: Com o presente acordo, nenhuma das partes poderá mais reclamar da outra qualquer questão oriunda do mesmo fato. Para quitação de todos os danos/prejuízos oriundos desta reclamação, a parte ré pagará à parte autora o valor de **R\$3.200,00**. **ÉPOCA DO PAGAMENTO**: em 16 parcelas iguais, mensais e consecutivas de R\$200,00 cada. **PARCELAMENTO**: a primeira parcela é paga neste ato (em espécie) e as demais todo dia 10 dos meses subsequentes; última parcela vencerá em 10/01/2020. **FORMA DE PAGAMENTO**: depósitos bancários na conta corrente em nome da parte credora (conta nº 001 00022141-1, agência nº 4235, Banco Caixa Econômica Federal, CPF nº 227.930.728-69). No caso de depósito(s) em conta, caso haja alguma inconsistência dos dados bancários (com oportuna comprovação), a parte ré deverá depositar judicialmente o valor até 24 horas após a data do vencimento previsto no acordo para não incidir em mora. **EM CASO DE INADIMPLÊNCIA**: multa de 20% sobre o saldo devedor. Em caso de parcelamento, a falta de pagamento de uma parcela acarretará vencimento antecipado das demais. O nome será anotado no SPC, mediante requerimento da parte credora, devendo esta informar o pagamento se ocorrer, para a retirada da inscrição. Os documentos, digitalizados e liberados nos autos digitais por ocasião do ajuizamento são entregues neste ato para a parte autora. **A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida sentença**: "Homologo o acordo celebrado pelas partes e decreto a EXTINÇÃO DO PROCESSO com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC. Nos termos do art. 1000 do mesmo código, não há interesse recursal. Certifique-se o trânsito em julgado. Tratando-se de pagamento, em caso de inadimplemento, a fase de cumprimento dispensa intimação prévia para pagamento em 15 dias, pois somente é exigível quanto às sentenças condenatórias (art. 523, caput do CPC). Não é necessário comunicar nos autos o cumprimento do acordo (só em caso de descumprimento será o caso de iniciar fase executiva). **Arquivem-se os autos**". Sentença proferida e publicada em audiência, saindo intimadas as partes. Termo assinado digitalmente pelo MM. Juiz. Dispensada a digitalização e juntada aos autos do documento físico assinado pelos presentes. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ

Conciliador(a): Rosangela Cristina Gomes

Autor(a)

Ré(u)